

ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SCHOOLING FOR THE DEAF FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION

Ana Paula da Silva Castro¹⁴

Thais Fernanda Coutinho dos Santos¹⁵

Gilson Xavier de Azevedo¹⁶

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a questão da escolarização de surdos na perspectiva da educação inclusiva. A pesquisa é de grande relevância afim de demonstrar a importância da capacitação de professores no que remete a educação inclusiva e a surdez. Tal como, apresentar como a surdez tem sido trabalhada no meio educacional, as melhores e eficazes metodologias para conseguir aplicar as didáticas a esses estudantes com eficácia na absorção delas. O problema a ser analisado é: quais são os avanços e dificuldades no processo de escolarização de crianças surdas em um ambiente institucional de educação básica? Observou-se que as dificuldades e os desafios são inúmeros, a começar pela falta de empatia com os estudantes que ouvem normalmente. A metodologia é a de um estudo exploratório de caráter bibliográfico. Apontam-se como resultados, a compreensão de que o universo surdo precisa ser mais bem discutido no seio escolar pelos próprios ouvintes que são participantes do processo de inclusão.

Palavras-Chave: Educação. Inclusão. Surdez.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the issue of schooling for the deaf from the perspective of inclusive education. The research is of great relevance in order to demonstrate the importance of teacher training in terms of inclusive education and deafness. such as, to present how deafness has been worked on in the educational environment and the best and most effective methodologies to be able to apply the didactics to these students, effectively in the absorption of the applied didactics. The problem to be analyzed is: what are the advances and difficulties in the process of schooling deaf children in an institutional environment of basic education? It was observed that the difficulties and challenges are numerous, starting with the lack of empathy with students who hear normally. The methodology is that of an exploratory bibliographical study. As results, the understanding that the deaf universe needs to be better discussed in the school environment by the listeners themselves who are participants in the inclusion process.

Keywords: Education. Inclusion. Deafness.

¹⁴Concluinte do Curso de Pedagogia pela UEG CEAR – e-mail: paullacastro@hotmail.com

¹⁵Concluinte do Curso de Pedagogia pela UEGCEAR – e-mail: thaisfcoutinho15@gmail.com

¹⁶(Orientador) Pós-doutor em Educação pela PUC GO (2020) – e-mail: gilson.azevedo@ueg.br






















INTRODUÇÃO

O presente projeto apresenta um estudo sobre as dificuldades e avanços no processo de inclusão social de estudantes surdos, assim como, a capacitação de professores para atender as necessidades especiais desses estudantes. Tal ação compreende levar a educação básica para as crianças surdas na escola regular e assim pôr em prática o processo de socialização dessas crianças juntamente com as outras crianças ouvintes, de maneira que se sintam mais acolhidas e tenham a mesma oportunidade que uma criança não surda tem de estudar em um ensino regular, conseguindo se desenvolver nas atividades educacionais.

Muitas escolas ainda não possuem estrutura para atender a esse público de estudantes, contudo é importante a inserção de mais cursos para capacitação dos professores e materiais para ensinamento de linguagem de sinais para essas crianças, bem como materiais que ajudem no desenvolvimento educativo de cada um.

Sabe-se que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é a linguagem que ajuda a compreender e facilitar o diálogo com pessoas surdas, com isso é extremamente importante que toda instituição de ensino tenha profissionais capacitados que tenha habilidade nessa linguagem, para conseguir compreender seu estudante surdo é assim ter mais eficácia na sua abordagem educativa, fazendo com que ele consiga ter um melhor desenvolvimento educacional.

Não se trata de culpabilizar os estudantes ouvintes, mas sim de pensar toda uma preparação por parte da instituição de maneira que se conscientize que é responsável por levar a educação a todos, sem nenhuma forma de discriminação trazendo a garantia de que esse estudante consiga ter as mesmas chances de aprendizado que o estudante ouvinte tem, para tanto é necessário que docente consiga elaborar novos métodos de ensinos que se adequem à maneira de aprendizado do estudante surdo.

Por sua vez algumas instituições de ensino estão carentes de projetos sobre a educação inclusiva no que remetem às crianças surdas, ou seja, ainda não se adequaram para suprirem as necessidades especiais desses estudantes, assim este estudo busca compreender quais são os avanços e dificuldades no processo de escolarização de surdos na educação básica.

Tenciona-se como objetivo geral, analisar o processo de escolarização das crianças surdas, como também o acesso à educação inclusiva.

Aborda-se por problema: quais são os avanços e dificuldades no processo de escolarização de crianças surdas em um ambiente institucional de educação básica?



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

O método de pesquisa foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, verificada por meio de estudo em artigos localizados na plataforma Scielo, Scholar, Google Acadêmico. O estudo se caracteriza como um estudo exploratório, como afirma: Severino (2007, p. 123) “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. O estudo foi constituído também por meio de pesquisa bibliográfica, ressalta Cervo. A. L; Bervian. P. C; Silva B. R (2007, p.60), a pesquisa bibliográfica “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”.

A pesquisa se justifica por ser de grande relevância no sentido de que aborda a importância da capacitação de professores no que remete à educação inclusiva e a surdez. Tal como, apresentar como a surdez tem sido trabalhada no meio educacional e as mais eficazes metodologias para conseguir aplicar as didáticas a esses estudantes com eficácia na absorção delas. Contudo percebe-se, o quão importante seria a inserção de libras nos currículos dos docentes, para que eles consigam ter experiências linguísticas e culturais de modo que os estudantes com surdez se sintam bem, em um ambiente de estudos normal o qual eles consigam ser compreendidos e a aprendizagem chegue de maneira acessível até eles.

Por outro lado, vale mencionar que o estudo apresenta uma visão sobre o fato de que a surdez de um estudante não deve ser vista como uma deficiência ou empecilho para aprender na escola sem escutar, mas sim uma condição pela qual os docentes deverão se capacitar para ensinar por meio da linguagem de libras e trazendo um conforto cultural e linguístico a esses estudantes. Adiante ressalta-se que a inclusão escolar dos surdos em escolas para estudantes ouvintes tem a premissa de que é necessário reproduzir para o surdo as mesmas condições em que o ouvinte adquire a língua oral.

1 HISTORIOGRAFIA DO TEMA

A trajetória educacional que os surdos brasileiros vêm percorrendo é semelhante à vivida pelos surdos europeus e americanos, acompanhada de problemas sociais, desde a sua origem. Entre os séculos XVI a XVIII, as crianças surdas eram, na Europa e nos Estados Unidos, abandonadas por suas famílias ou confinadas dentro de suas casas. Tal situação era resultado da visão de que as crianças diferentes eram anormais, visão predominante daquele período, e por isso elas deveriam ser excluídas da convivência social e do sistema de ensino. (DINIZ, 2012).



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

No Brasil, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o país possui cerca de 45 milhões de pessoas surdas, sendo estas pessoas que perderam parcialmente a audição e aquelas que não escutam nada. Contudo boa parte dessas, especialmente as crianças vêm enfrentando dificuldades na sua inserção no ensino educacional básico, pela falta de preparação das escolas e dos professores em obterem metodologias às quais auxiliem no aprendizado e na preparação da criança surda para conviver socialmente com todos.

De acordo com o censo demográfico de 2010, mais de 45 milhões de brasileiros, ou seja, 23,9% da população total, apresenta algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. A deficiência auditiva afeta 5,1% da população brasileira, ocupando o terceiro lugar em ocorrência no país. Dos mais de 45 milhões de pessoas declaradas com deficiência, 7,6% são totalmente surdas e é esta população que o presente estudo deseja referenciar. (FREITAS; AMARAL; CHAVEIRO, 2019, p. 02).

Nesse sentido, as causas, podem ser congênitas, causada por rubéola gestacional, medicamentos ingeridos durante a gestação, hereditariedade e complicações no parto como o fornecimento insuficiente de oxigênio, ou por consequência de patologias como: otites de repetição na infância, mal uso de antibióticos e viroses.

[...] a escola precisa preparar a criança surda para a vida em sociedade, oferecendo-lhe condições para aprender um código de comunicação que permita sua participação na sociedade” , ou seja, a escola deve subsidiar um ambiente mais seguro, constituindo-se a base sólida para na qual os alunos se referenciam (DINIZ, 2012, p. 65).

A literatura científica afirma que a surdez é caracterizada como a redução ou ausência da capacidade de ouvir sons e pode ser classificada em dois tipos: perda auditiva condutiva, ocasionada por obstruções da orelha externa; e perda auditiva neurossensorial, que compreende danos nas células ciliadas da cóclea. Segundo, Silva (1990, p. 15) surdez pode ser definida como “perda auditiva da capacidade de ouvir sons de intensidade inferior a 27 decibéis, nas frequências médias da voz humana”.

A surdez não limita a vida prática do indivíduo, as pessoas surdas conseguem se movimentar livremente, as dificuldades enfrentadas por elas estão na incapacidade de ouvir e de comunicar com os sujeitos ouvintes, pois eles não compartilham do mesmo meio de comunicação. Impedindo assim uma total integração das pessoas surdas na sociedade em que vivem. Na perspectiva de Fernandes (1990, p. 24) “a surdez é uma deficiência, não visível fisicamente, que se limita a atingir a uma pequena parte da anatomia do indivíduo. Suas

consequências, no entanto, são extraordinárias no que diz respeito ao desenvolvimento emocional, social e educacional do surdo”.

Relata Bergmann (2001) que foi possível a comunicação de pessoas surdas através da criação da língua de sinais. Foi na data de 01 de setembro de 2010 através da Lei 12.319, a qual foi responsável por regulamentar a profissão de intérprete. Assim o professor no Brasil além de ter a capacidade de dominar a língua de sinais brasileira – LIBRA, ele também terá que dominar o idioma brasileiro, tal como, ter conhecimento a respeito de processos, técnicas de interpretação, estratégias e ter formação especializada em tal área de atuação.

Apesar de avanços nas políticas educacionais quanto ao reconhecimento da importância da língua de sinais para o desenvolvimento dos surdos, esse posicionamento não compreende toda a complexidade educacional que envolve esses sujeitos. Entre os princípios fundamentais está o reconhecimento cultural dos surdos, levando em consideração a circulação desses sujeitos entre as culturas ouvinte e surda (MARTINS; MACHADO, 2009; SKLIAR, 2009; STUMPF, 2008).

2 CONCEITOS DO TEMA

Para uma melhor inclusão da criança surda é necessário ensiná-la em um ambiente escolar, no qual estão inseridas também crianças não surdas, para que elas consigam interagir entre si e conseqüentemente as crianças ouvintes aprenderão a se comunicar com as crianças surdas em uma linguagem que ambas entenderão.

Na concepção de Romanowski (2007, p. 118) com relação à inclusão: “Destaca-se que a “Educação para Todos exige a garantia de educação e acesso à escola a todas as crianças e jovens, tornando a escola um espaço democrático, melhorando os níveis de escolarização da população como um todo”.

Fávero (2007) considera muito crítica a circunstância em que as redes escolares de ensino regular se encontram, assim se autoneciam de “despreparadas” no sentido de oferecer instruções as instituições educacionais de ensino regular, para que possam receber os estudantes com necessidades especiais, destaca-se que essas instituições devem oferecer apoio e conhecimento aos docentes de escolas comuns.

É imprescindível o ensino de Libras nas escolas, pois ela é a linguagem natural dos surdos e portadores de deficiência auditiva, por meio dela podem comunicar entre eles, sendo independentes e livres para transmitir seus sentimentos e pensamentos. Observe que acabou de ser mencionado os termos “Surdos e os deficientes auditivos”, pois bem, do ponto de vista



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

clínico existe uma diferença entre esses dois contextos: Os surdos são aqueles indivíduos que não escutam nada e pessoas com deficiência auditiva são aquelas que perderam quase toda a audição, mas conseguem escutar por meio de aparelhos ou de implantes cocleares (OMS). Entretanto no campo jurídico não existe diferença entre as duas menções, segundo o (Ministério da Saúde 2017).

Diante de um panorama de mudanças contínuas no meio político-cultural, tal como, socioeconômico refletido no ambiente educacional, Fernandes (2008) afirma que uma abordagem conhecida como “bilinguismo”, que é uma proposta metodológica, que tem o intuito de possibilitar duas linguagens livres no ambiente escolar, sendo estas usadas para ensinar tanto crianças surdas quanto crianças não surdas, tornando viável a comunicação entre elas. O objetivo da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo linguístico equivalente ao da criança ouvinte, e assim desenvolver relação e interação com a comunidade ouvinte, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária.

Logo mais, ainda na perspectiva da Linguagem brasileira de sinais – LIBRAS, cita Damásio (2007, p. 21) “A Língua de Sinais é, certamente, o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez”. Como é observado, os surdos possuem sua própria linguagem de comunicação, com isso não pode ser dificultado ou negado a eles o direito de serem ensinados na sua linguagem de comunicação, cabendo ao governo investir nas instituições de ensino no sentido de capacitar os docentes para ensinar por meio da linguagem de sinal e possuir materiais lúdicos para facilitar na aprendizagem e interação das crianças surdas.

[...] se dê de forma semelhante ao de uma criança ouvinte, aquela deve ter contato com interlocutores que lhe insiram em relações sociais significativas por meio da linguagem e, neste caso, por meio de uma língua que lhe seja acessível visualmente: a língua de sinais. (LODI; LUCIANO, 2010, p.34)

No que concerne à inclusão social das crianças surdas nas escolas de educação básica, essas instituições encontram obstáculos a respeito desse ensino, devido à falta de comunicação oral com outros estudantes ouvintes juntamente com os surdos, falta de capacitação para lidar com essas crianças com necessidades especiais, falta de materiais adequados para esse tipo de metodologia e falta de local apropriado para as práticas pedagógicas direcionadas para esse público infantil.

Lopes (2006) afirma que, quanto mais ambientes apropriados forem disponibilizados, com variados materiais sîgnicos e pares competentes linguisticamente, mais consistente será o desenvolvimento psíquico e acadêmico dos surdos. A autora evidencia que, para problematizar

o pensamento e o processamento de novos conceitos, é essencial que sejam feitas trocas qualitativas em um plano visual gestual entre o surdo e seus interlocutores.

3 APLICAÇÃO DO TEMA À EDUCAÇÃO

É interessante pontuar que para a desenvoltura das necessidades especiais das crianças surdas no que remete a sua educação de aprendizagem tal como sua inclusão social, faz necessário a integração de intérpretes e professores capacitados para ministrar aulas para estudantes com surdez. Contudo por mais que em uma sala tenha professores profissionalmente capacitados para ministrar aulas para estudantes surdos, esses também têm o direito de ter a disposição deles intérpretes para melhor auxiliarem.

A inclusão dos alunos Surdos na escola regular deve contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do estudante surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos. (FRIAS, 2010, p. 13)

Para tanto, é de suma importância que os docentes consigam realizar a integração desses estudantes no ambiente educacional de maneira que consigam se desenvolver tanto nas escolas de ensino regular quanto nas escolas de ensino especializado, de modo que tenham materiais os quais auxiliem na melhor metodologia de ensino para as crianças surdas.

Sant'Ana e Pereira (2005) afirmam que existem três tipos de metodologias para se aplicar um ensino de qualidade para crianças surdas, ministrados em sala de aula pelos docentes, sendo elas:

[...] O oralismo que para muitos profissionais é o meio mais adequado de ensino dos surdos. Nessa metodologia de ensino a aprendizagem da fala é o ponto central. A comunicação total que se trata de uma proposta flexível no uso de meios de comunicação oral e gestual. O bilinguismo que visa assegurar o acesso dos surdos a duas línguas, no contexto escolar, ou seja, respeitar a autonomia da Língua de Sinais e da língua majoritária do país, no nosso caso o Português (SANT'ANA; PEREIRA, 2005).

Fernandes (2006) ressalta nesse pensamento que uma sala de aula a qual possui uma estrutura bilíngue, seria ideal para pressupor a compreensão da linguagem de sinais pela grande quantidade de indivíduos na escola. Contudo por causa do processo de inclusão ainda ser um fator em construção nessas instituições de ensino, ainda há uma busca conjuntura de ações para

quanto os surdos possuem a necessidade de interagir por meio também da leitura, para que não fiquem agarrados apenas ao vocabulário memorizado devido a repetição das tarefas escolares.

Nesse pensamento Karnopp (2005, p. 25), traz a seguinte afirmativa:

O problema reside na concepção de leitura e escrita, e nas práticas inadequadas de trabalho com palavras e textos na língua portuguesa que predomina na maior parte das escolas de surdos do Brasil. O fato é que continua a prevalecer uma preocupação com a memorização e decodificação de palavras, sendo atribuída pouca ou nenhuma importância aos usos da escrita enquanto práticas sociais mais amplas (letramento).

Nessa linha de raciocínio, demonstra-se que não apenas as línguas de sinais ou ouvidas serão necessárias para o desenvolvimento dos estudantes, bem como a interação entre eles, mas que a escrita também é um canal de aprendizagem muito relevante e que deverá ser sempre trabalhado pelos profissionais da educação.

Desse modo, a pedagogia visual é voltada para a aprendizagem dos surdos, pois organiza estruturalmente a educação formal, com uma mediação semiótica viso espacial - desde a elaboração do currículo a sua aplicação em sala de aula. Tal procedimento requer o planejamento do espaço em que memória e pensamento visuais sejam fundantes do processo de ensino e aprendizagem, implicando atividades que compreendam: processos físicos de percepção, instrumentos de representação e estratégias para interpretação (LEBEDEFF, 2010).

Na aprendizagem da língua escrita, a imagem desempenha papel fundamental, pois é pela memória visual que o surdo aprende a grafia e os significados das palavras. Pesquisas como a de Lebedeff (2010) relatam que apesar de o discurso acadêmico salientar a importância da experiência visual, os professores (ouvintes e surdos) utilizam práticas e recursos fonéticos. Há uma cultura pedagógica oral que se concretiza nos materiais didáticos e uma crença docente de que o som e a oralização não podem ser dispensados no processo de letramento (FERNANDES, 2006; ROSA; LUCHI, 2010).

É importante ressaltar que, para além de uma utilização imagética aleatória na sala de aula, faz-se necessário empreender esforços para um trabalho de letramento crítico. Ou seja, contextualizá-la política e historicamente, abrangendo suas características lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas (Oliveira, 2006). Pensar em um projeto de educação bilíngue para o surdo envolve, organização pedagógica partindo da singularidade de significação visual do mundo.

Seria de grande relevância que os professores pudessem projetar pelo menos uma aula de vez em quando com o auxílio dos pais das crianças surdas, de modo que o docente teria uma



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

visão melhor quanto à aplicabilidade de conteúdos e métodos didáticos, já que os tutores poderiam descrever algumas características ou métodos desenvolvidos em seu cotidiano com seus filhos, os quais poderiam contribuir de uma maneira mais eficaz no aprendizado desses indivíduos.

Cita Telford e Sawrey (1977, p. 514):

A linguagem comum é nosso meio principal de interação social. Além de serem duas de nossas vias principais de informação, a audição e a fala contribuem para a aceitação social, assim como para o sentimento de segurança pessoal, e ajudam também na aprendizagem e manutenção das aptidões não-verbais.

Dentro do que fora citado, a linguagem é um instrumento de interação de um indivíduo com o outro, senda está uma maneira de se expressar, de apresentar um significado daquilo que está se sentindo que se queira opinar, sendo utilizada em um espaço social o qual tem o intuito de interagir com outra pessoa.

Adiante é válido apontar que, o ensino regular educacional deverá promover a capacitação de docentes para ensinar crianças com surdez, ocorrendo assim a necessidade de planejar práticas pedagógicas para que se possa estabelecer um espaço que tenha o compromisso de aproximar essas crianças de linguagens novas que as ajudem a expressar tudo o que se possam sentir e aprender.

A ação educativa do professor é, então, típica e específica [...] Em que pesem todas as reservas e resistências individuais do mestre, ele é, pela própria natureza do ensino, uma espécie de guia, de modelo e conselheiro [...] Evidentemente, esse envolvimento do professor, enquanto pessoa que é não pode significar fazer dele no sentido de um exemplo a ser copiado – mesmo porque a educação deve sempre conduzir à construção do estilo pessoal; significa que na medida em que for professor, exercerá influência; significa que o professor medíocre, que aparentemente não faria nenhum grande bem nem grande mal, pode ser uma das mais perniciosas influências na formação do estudante [...] Por isso mesmo, a formação e o preparo do professor devem garantir lhe a objetividade de ação que permita o estudante, tomando-o embora como ponto de referência, como modelo ou conselheiro, construir seu próprio caminho, fazer suas próprias opções e edificar seu próprio estilo de vida. (MAZZOTA. 1993, p. 33,).

De acordo com que vão se formando os futuros docentes, seu profissionalismo, sua visão a respeito da educação deverá adaptar a esse mundo de constante mudanças. É necessário que o mesmo garanta uma cultura geral de conhecimento, de maneira que ele consiga se capacitar para atender uma diversidade de estudantes, os quais alguns serão portadores de



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

necessidades especiais, o que exigirá um pouco mais de cuidado e atenção dos docentes para elaborar métodos e adotar maneiras de direcionar suas aulas de forma que atenda esse público com eficácia e melhorando a socialização desses estudantes, principalmente no que tange a comunicação dos mesmos.

Conforme menciona o MEC (1993), que o estudante surdo possui o direito de usufruir de uma educação especializada com professores capacitados para direcioná-los, assim como não tem a possibilidade de uma pessoa doente ser tratada por um profissional o qual não seja um médico com especialização na sua doença. Assim é o caso dos estudantes surdos é inadmissível que o desenvolvimento do potencial deles seja coordenado por docentes que não são especializados, o que não atenderia um processo educativo eficiente e seguro.

Mesmo que um estudante possua necessidades especiais, o mesmo tem todo o direito de cursar o ensino regular, pois é um cidadão e tem as mesmas garantias que os estudantes ouvintes, como também precisam interagir com esses, melhorando sua socialização. “A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada” (SARTORETTO, 2011, p. 78).

Segundo Mühl (2006, p. 8) a educação inclusiva consiste em um sistema de ensino de qualidade que atenda a todos, exigindo um novo posicionamento das escolas quanto à reestruturação, o aperfeiçoamento dos professores, de suas práticas pedagógicas, da reformulação das políticas educacionais e implementação de projetos educacionais inclusivos.

Seja qual for a natureza ou o grau, a perda auditiva prejudica o desenvolvimento da linguagem oral do surdo, dificulta sua socialização, compromete o processo de aprendizagem escolar e o alcance do sucesso acadêmico. Além disso, as perdas auditivas de grau severo e profundo impactam sobremaneira o desenvolvimento dos aspectos sintático e semântico, tornando o processo de aquisição da leitura e da escrita muito difícil e lento, muitas vezes levando o surdo ao abandono escolar (FREITAS; AMARAL; CHAVEIRO, 2019, p. 02).

Um fato importante para conseguir identificar se os estudantes surdos estão conseguindo se desenvolver com o acompanhamento especializado que lhe é de direito, seria realizando uma avaliação do desenvolvimento de aprendizagem para mediar o grau de aprendizado.

Para Santana (2006, p.122): “a avaliação se concretiza como mediadora, diagnóstica, processual, de construção da aprendizagem e redefinição de práticas docentes, portanto, não

tem um tempo pré-determinado para mostrar se o estudante aprendeu o que o professor ensinou”.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva nos faz refletir sobre a necessidade de agirmos de forma diferente nas salas de aula, escolas e redes de ensino. Afinal, não basta apenas garantir o direito à educação para todos, é necessário salvaguardar o direito à aprendizagem para todos os estudantes.

Ao investigar ambientes de sala de aula inclusivos, é necessário entender as ideias inclusivas, as estratégias e o papel dos intérpretes de Libras na comunicação em sala de aula. A formação de estudantes com deficiência centra-se na adaptação às necessidades especiais, tendo a integração como princípio para realizar a educação do estudante num sistema de ensino inclusivo.

A chave inclusiva é apresentar aos professores a formação continuada relacionada à inovação educacional, para que os mesmos sejam capazes de adquirir estratégias e técnicas que facilitem a inclusão de estudantes com necessidades especiais na sala de aula regular. Além disso, implementar uma abordagem baseada na cooperação e no trabalho colaborativo proporcionando maior motivação para a aprendizagem dos estudantes.

Ainda assim, tornar isso possível exigirá que os sistemas educacionais desenvolvam planos estratégicos que permitam não apenas aos estudantes com deficiência auditiva, mas a todos os incluídos, acesso aos recursos pessoais e materiais necessários para seu desenvolvimento integral. Só assim o processo de ensino beneficiará os indivíduos nas duas culturas, tendo o currículo da educação básica como eixo principal, por meio do desenvolvimento de atividades bilíngues para todos os estudantes, proporcionando metodologias que possibilitem alcançar os objetivos que foram previamente estabelecidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, 2002.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, Secretaria de Educação Especial.** Educação Especial no Brasil, 1993.

CERVO, A. L; BERVIAN, P.A; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. Ed. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2007.

COLL, C.; Miras, M. (1992). **A representação mútua professor/estudante e suas repercussões sobre o ensino e a aprendizagem**. Em C. Coll; J. Palacios & A. Marchesi, Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar (p. 265-280). Artes Médicas. Porto Alegre.

DÁMAZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez**. MEC/SEESP. São Paulo, 2007.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios**. p.33; p. 65. Ed. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2012.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa Marillac P; MONTAÑA Maria Tereza Eglér. **Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. MEC/SEESP. São Paulo, 2007.

FERNANDES, Eulália. **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, S. **Educação bilíngue para surdos: desafios à inclusão. Texto Elaborado para o 4º Encontro: Grupo de Estudos – Educação Especial**. 2006. Governo do Paraná, Departamento de Educação Especial. Disponível em:
<http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/grupo_estudo_surdez2006.pdf>
Acesso em: 02 de ago de 2022.

FREITAS, Adriana Ribeiro de; AMARAL, Cláudia Maria Silva Ribeiro; CHAVEIRO, Neuma. O processo de escolarização do surdo usuário de libras e seus desafios: revisão de literatura. v. 4 (2019): **Revista Sinalizar**. Disponível em:
<<https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/59340>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

KARNOPP, Lodenir Becker. **A língua na educação do surdo**. Volume 2. Secretaria de Educação/Departamento Pedagógico/ Divisão de Educação Especial. Porto Alegre, 2005.

LEBEDEFF, T. B. (2010). **Aprendendo a ler "com outros olhos": Relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos**. Cadernos de Educação, 36, 175-190.

LEITE, M. D. **"Design da interação de interfaces educativas para o ensino de matemática para crianças e jovens surdos"**. Dissertação (Mestrado do Curso de Ciência da Computação – Centro de Informática), UFPE, 2007. Disponível em:
<http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2991>
Acesso em: 03 de ago de 2022.

LODI, A. C. B., & Luciano, R. de R. (2010). **Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais**. (2. ed.). In A. C. B. Lodi & C. B. F. de Lacerda (Eds.),

Uma escola, duas línguas: Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização (pp. 23-47). Porto Alegre: Mediação.

LOPES, Maura Corcini. **Inclusão como experiência**. In: MÄDHE, Flávia Clarice; GALEAZZI, Denise; KLEIN, Remi (Orgs). **Práticas pedagógicas em Matemática e Ciências nos anos iniciais – caderno do coordenador dos grupos de estudo**. Ministério da Educação e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Ed. Unisinos. MEC. P. 40 – 43. Brasília, 2005.

MARTINS, D. A., & MACHADO, V. L. C. (2009). **Educação bilíngue para surdos: Um olhar a partir da trajetória de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais**. Educação Temática Digital, 11(1), 234-254. doi: <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v11i1.924>

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. EPU. São Paulo, 1993.

_____. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. SENAC. São Paulo, 1999.

MÜHL, E. Apresentação. In: SCHNEIDER, R. **Educação de surdos: inclusão no ensino regular**. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

OLIVEIRA, S. **Texto visual e leitura crítica: O dito, o omitido, o sugerido**. Linguagem e Ensino, 2006.

RIJO, M. **A Inclusão de Alunos Surdos nas Escolas Públicas de Passo Fundo**. Trabalho de conclusão Curso de Especialização: Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Cuiabá: Instituto Federal do Mato Grosso, 2009.

ROSA, E. F., & Luchi, M. **Semiótica imagética: A importância da imagem na aprendizagem**. Anais do IX Encontro do CELSUL, Palhoça, SC. 2010.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3º ed. Ibipex, Curitiba, 2007.

SANT'ANA, C. C.; PEREIRA, H. S. **Como é o ensino de matemática para surdos em Vitória da Conquista**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA, 3, 2005, Canoas. Anais... 1 CD-ROM Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2005.

SANT'ANA, C. C.; PEREIRA, H. S. **Como é o ensino de matemática para surdos em Vitória da Conquista**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA, 3, 2005, Canoas. Anais... 1 CD-ROM Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2005.

SANTANA, M. Z. **Experiências didático-metodológicas de professores de classe comum/regular com alunos surdos**. Pernambuco, 2006.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **Inclusão: da concepção á ação**. In: MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Cortez, São Paulo, 2007.

SILVA, A. **A Surdez na Infância: Aspectos Médicos**. Cultura Médica. Rio de Janeiro, 1990

SKLIAR, C. **A localização política da educação bilíngue para surdos**. In C. Skliar (Ed.), Atualidades da educação bilíngue para surdos (pp. 7-14). Porto Alegre: Mediação. 2009.

STUMPF, Mariane Rossi. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética**. In: QUADROS, Ronice. Estudos Surdos III. P. 14 – 29. Arara Azul Petrópolis, 2008.

TELFORD, C.W.; SAWREY, J M. **O indivíduo excepcional**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Tradução: Vera Ribeiro.

Enviado em: 14/01/2024.

Aceito em: 07/02/2024. (Artigo pré-aprovado nas bancas de TCC da UEG UAB 2022/2).